

1. INTRODUÇÃO

A **Agenda 21 Local/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul** é a ferramenta facilitadora final determinada pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).

Marco Legal: A administração pública do Município de São Lourenço do Sul ao reconhecer o planejamento participativo como prioridade para o desenvolvimento do seu território e convocar a população em Audiência Pública no dia 25 de fevereiro de 2005, através do decreto nº 2.630, institui o Fórum 21 como a instância decisória de participação popular na construção da Agenda 21/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul.

Os diversos atores, representando diferentes segmentos da comunidade lourenciana, negociaram e pactuaram seus compromissos e, através do decreto nº 2.664 de 02 de maio de 2005, foi desenhado um novo perfil para o Fórum 21, legitimado pela Portaria nº 16.311 de 27 de maio de 2005.

Formação dos Participantes: Em um primeiro momento foi necessário nivelar o repertório dos atores envolvidos no processo, do contrário dificilmente conseguiríamos elaborar um plano diretor que cumprisse a função de elevar a qualidade de vida criando cidadania e justiça social em São Lourenço do Sul.

Agenda Comum: Visando a sustentabilidade dos processos de gestão participativa, otimização dos recursos financeiros, parcerias, objetivos e metas, optou-se por um processo casado de Agenda 21 Local e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para o Município de São Lourenço do Sul.

Metodologia: A metodologia está em acordo com o documento "Plano Diretor Participativo – Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos" publicado pelo Ministério das Cidades, assim como com o documento "Construindo a agenda 21 Local" publicação do Ministério do Meio Ambiente e corroborado por uma "Carta de Intenções para Colaboração" assinada entre a Coordenação da Agenda 21 Brasileira do Ministério do Meio Ambiente, a Prefeitura Municipal e o Fórum 21.

2. FÓRUM 21

O Fórum 21 é a instância de participação popular, onde diversos segmentos da comunidade lourenciana estão representados, construindo, participativamente, a Agenda 21 Local/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul.

O Fórum 21 foi instituído a partir de um decreto assinado pelo executivo na data de 25 de fevereiro de 2005 e reeditado, com redação final, no dia 02 de maio de 2005, ficando o Fórum 21 constituído com 24 segmentos da sociedade, representados da seguinte maneira:

I. Grupo Executivo

II. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

III. Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo

- IV. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
- V. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
- VI. Governo do Estado
- VII. Governo Federal
- VIII. Poder Legislativo Municipal
- IX. Associação Ambientalista
- X. Organização Não Governamental
- XI. Associação Profissional
- XII. Associação de Bairro (2 vagas)
- XIII. Associação de Trabalhadores em Reciclagem
- XIV. Associação de Agricultores (2 vagas)
- XV. Setor Empresarial
- XVI. Setor dos Pescadores
- XVII. Movimento Cultural
- XVIII. Sindicato
- XIX. Cooperativa
- XX. Fórum de Entidades Negras
- XXI. Setor Imobiliário

3. CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 LOCAL/PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

A construção da **Agenda 21 Local/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul** é o processo fundamental para que as expectativas comuns de um futuro sustentável possam ser implementadas.

O processo se desenvolveu por meio de uma metodologia participativa e descentralizadora, reunindo todos os setores da comunidade em torno da discussão do atual modelo de desenvolvimento, rural e urbano, do município. Neste sentido, a construção de uma agenda comum tem um sentido pedagógico e educador, não se limitando aos documentos ou produtos gerados por profissionais de planejamento. Assim, o Plano Diretor Participativo expressa os desejos da comunidade e fornece as ferramentas

jurídicas para a sua construção e a Agenda 21 Local passa a ser o processo de monitoramento dos cenários de futuro desejados por esta comunidade, através do esforço comum do poder público e da sociedade. Unidos, a Agenda 21 Local e o Plano Diretor passam a ser os alicerces para atingir as metas de sustentabilidade que todos queremos.

Coordenado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA), pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMUMA) e com o apoio dos 24 segmentos representados no Fórum 21, foi realizado:

- um diagnóstico participativo de potencialidades e vulnerabilidades em todo o município utilizando, como unidades de planejamento participativo territorial, cada uma das 7 regiões do Orçamento Participativo
- um plano de ação com estratégias, diretrizes e ações, firmado entre a sociedade e o poder público, um pacto pela construção de uma sociedade sustentável.

4. HISTÓRICO DO FÓRUM 21

Os primeiros passos do Fórum 21 são dados a partir da convocação da comunidade pelo COMUMA (Conselho Municipal do Meio Ambiente) e da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul (Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente) para tratar da necessidade de dar início ao processo de construção da Agenda 21 Local e Plano Diretor. A comunidade, através dos seus diversos segmentos, foi convidada a enviar representantes e reivindicar outras tantas vagas não previstas inicialmente. A partir daí mais uma reunião preparatória foi realizada com o intuito de firmar parcerias dentro de um mesmo setor, no sentido de exercitar desde já os mecanismos participativos e democráticos, estabelecendo pactos na ocupação das vagas disponíveis.

No dia 02 de maio, em sua edição definitiva, o Decreto é assinado, contendo a composição do Fórum 21, contemplando todos os segmentos que atenderam ao chamamento do processo participativo. Em 27 de maio foi aprovado o Regimento Interno, o logotipo do Fórum 21–Agenda 21/PDDIS e é dada posse a todo os membros, em cerimônia na sede da Associação Comercial e Industrial (ACI), com a presença das Arquitetas e Urbanistas da Universidade Federal de Pelotas, Ana Lúcia Oliveira e Ana Paula Neto de Farias. A Arquiteta e Urbanista Ana Paula Neto de Farias, Mestre em Planejamento Urbano, discorreu, naquela ocasião, sobre as etapas obrigatórias na construção de um Plano Diretor Participativo e também sobre as condições para que o processo seja considerado “participativo” perante o Ministério das Cidades, e para que não possa ser contestado pelo Ministério Público.

Instituído o Fórum participativo, foram feitas várias reuniões no sentido de estabelecer um repertório comum, nivelar as discussões e capacitar o Fórum 21. Nos primeiros encontros, o Fórum 21 decidiu pela preparação de um prospecto com informações simples e imagens de impacto direto, para apresentar os conceitos de Agenda 21 Local, Plano Diretor Participativo e o processo construído por São Lourenço do Sul, forjado nesta reunião inicial.

O logotipo:



O prospecto com as informações básicas:

O que é Agenda 21?
É um conjunto de metas de curto, médio e longo prazo, para o crescimento sustentável, garantindo preservação ambiental e qualidade de vida. O processo de construção das Agendas 21 Locais deve contar com a ampla participação da comunidade em suas decisões.

O que é Plano Diretor?
São pactos transformados em norma, visando o uso do território em prol da função social da propriedade. A construção do Plano Diretor além de ser o resultado da visão e do anseio do conjunto moradores do campo e da cidade, deve estar alicerçado em conhecimentos técnicos, considerando os direitos assegurados pelo Estatuto da Cidade.

GOVERNO DE TODOS
Prefeitura de São Lourenço do Sul
Cesta 2005-2008

FORUM 21
Grupo Executivo - Técnicos da Prefeitura Municipal
Prefeitura Municipal -
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente;
Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto
Governo Federal - IBAMA
Governo Estadual - Inspetoria de Vigilância;
Poder Legislativo Municipal;
Movimento Ambientalista Verdenero;
Rotary Clube de São Lourenço do Sul;
Rotary Clube Pérola da Lagoa;
Comunidade Católica Cristo Nossa Esperança;
Associação dos Engenheiros e Arquitetos;
Associações de Bairro;
Coletivo Pró-Fundação da Associação dos Catadores Arthur Kriat;
FETRAF Sul;
ABRAC;
Associação Comercial e Industrial;
Colônia de Pescadores Z-8;
Flaqueto Daltro da Rosa;
Centro de Escritores Lourençenses;
Sindicato dos Municípios;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
Fórum das Entidades Negras de São Lourenço do Sul;
EMATER;
Setor Imobiliário.

Fone: (53) 3251-2100. Ramal: 230
e-mail: ag21pddis@yaho.com.br
http://br.yahoo.com/ag21pddis

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

Projetando o futuro com a participação de todos!

AGENDA 21-PDDIS
SÃO LOURENÇO DO SUL

O ESTATUTO DA CIDADE DIZ QUAIS OS INSTRUMENTOS PARA:

- Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- Garantir o direito à moradia digna e a cidades sustentáveis;
- Gestão democrática da cidade;
- Integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

LEI FEDERAL N° 10.257/2001

FÓRUM 21 - Agenda 21/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável do Município de São Lourenço do Sul:
A Agenda 21 Local e o Plano Diretor tem por objetivo construir um espaço rico para a reflexão, oportunizando pactos e metas que correspondam às expectativas de uma sociedade democrática, participativa, solidária e sustentável. Os dois visam o desenvolvimento; os dois processos visam construir a cidadania, com a mais justa e ampla participação da população.

5. LEITURAS COMUNITÁRIAS

As "leituras comunitárias", com o objetivo de ouvir a comunidade de uma forma bastante direta foram realizadas da seguinte forma:

- acompanharam as reuniões preparatórias e as regionais do Orçamento Participativo e, em cada uma das sete regionais do Orçamento Participativo foi feita uma exposição sobre a importância da Agenda 21 Local e do Plano Diretor, foram ouvidos os relatos das lideranças e feito o acompanhamento do desenrolar das reuniões para, posteriormente, relatar o resultado em atas compiladas. O objetivo de captar a realidade e os anseios da comunidade em cada local foi alcançado através deste contato direto;
- foi encaminhado um questionário à comunidade, através dos Conselheiros do OP (em torno de 300 questionários), com a seguinte pergunta: **Como foi, como é e como deve ser o local onde tu moras?**, acompanhada de um mapa da região abrangida pelo OP para ser usado no apontamento dos marcos fundamentais na organização da vida daquela comunidade. Estes questionários retornaram e constituíram subsídio para a pesquisa posterior, esta com caráter de investigação científica.
- incorporou as discussões e as deliberações da 2ª Conferência Municipal da Cidade;
- incorporou o resultado obtido na 1ª Conferência da Juventude sobre a temática do "direito à cidade".

2ª Conferência Municipal da Cidade

A 2ª Conferência Municipal da Cidade no dia 16 de julho, construída pelo Fórum 21, teve grande importância na fundamentação das "Leituras Comunitárias". A dimensão "**integração colônia e cidade**", apontada pela nossa conferência local e o planejamento do **território rural**, características de cidades pouco urbanizadas e com uma grande área rural e obrigadas a construir seus Planos Diretores até outubro de 2006, constituindo maioria dos municípios do interior do país, começa a surgir como realidade nacional a partir das resoluções da 2ª Conferência das Cidades no início do mês de dezembro no Distrito Federal.



1ª Conferência da Juventude

Partindo de uma solicitação do Grupo Executivo ligado ao Fórum 21, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto construiu, em conjunto com a comunidade escolar municipal, estadual e particular, urbana e rural, a versão juvenil da Conferência da Cidade, dentro da temática "Construindo com justiça social: o interior e a cidade".

As crianças e os jovens do Município participam do processo de pensar e reivindicar o futuro, de forma coletiva.

6. LEITURAS TÉCNICAS

As "leituras técnicas" foram divididas da seguinte forma:

- Grupo Técnico Rural;
- Grupo Técnico do Código de Obras;
- Grupo Técnico do Parcelamento do Solo e Uso;
- Grupo Técnico do Zoneamento Ambiental;
- Grupo Técnico do Turismo e Desenvolvimento;
- Grupo Técnico do Patrimônio Material e Imaterial.

Os grupos técnicos reuniram-se regularmente e apresentaram seus relatórios e mapeamentos.

7. Os PRINCÍPIOS

Das "leituras" realizadas com a comunidade e dos trabalhos da 2ª Conferência da Cidade foram extraídos os princípios norteadores da construção da Agenda 21/Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul.



PRINCÍPIO I - O Fórum 21 aperfeiçoa, completa e amplia o "empoderamento", que é à base do processo de "planejamento participativo".

Função Social do Território



PRINCÍPIO II - O "direito ao território" e o cumprimento da "função social da propriedade", garante a distribuição justa dos recursos e investimentos, de forma integrada e sustentável. Com o amparo e a oportunidade que o "Estatuto da Cidade" nos dá, podemos planejar, construir e reconstruir o território nos municípios, respeitando a identidade local e a diversidade cultural.

Sustentabilidade Econômica, Social e Cultural

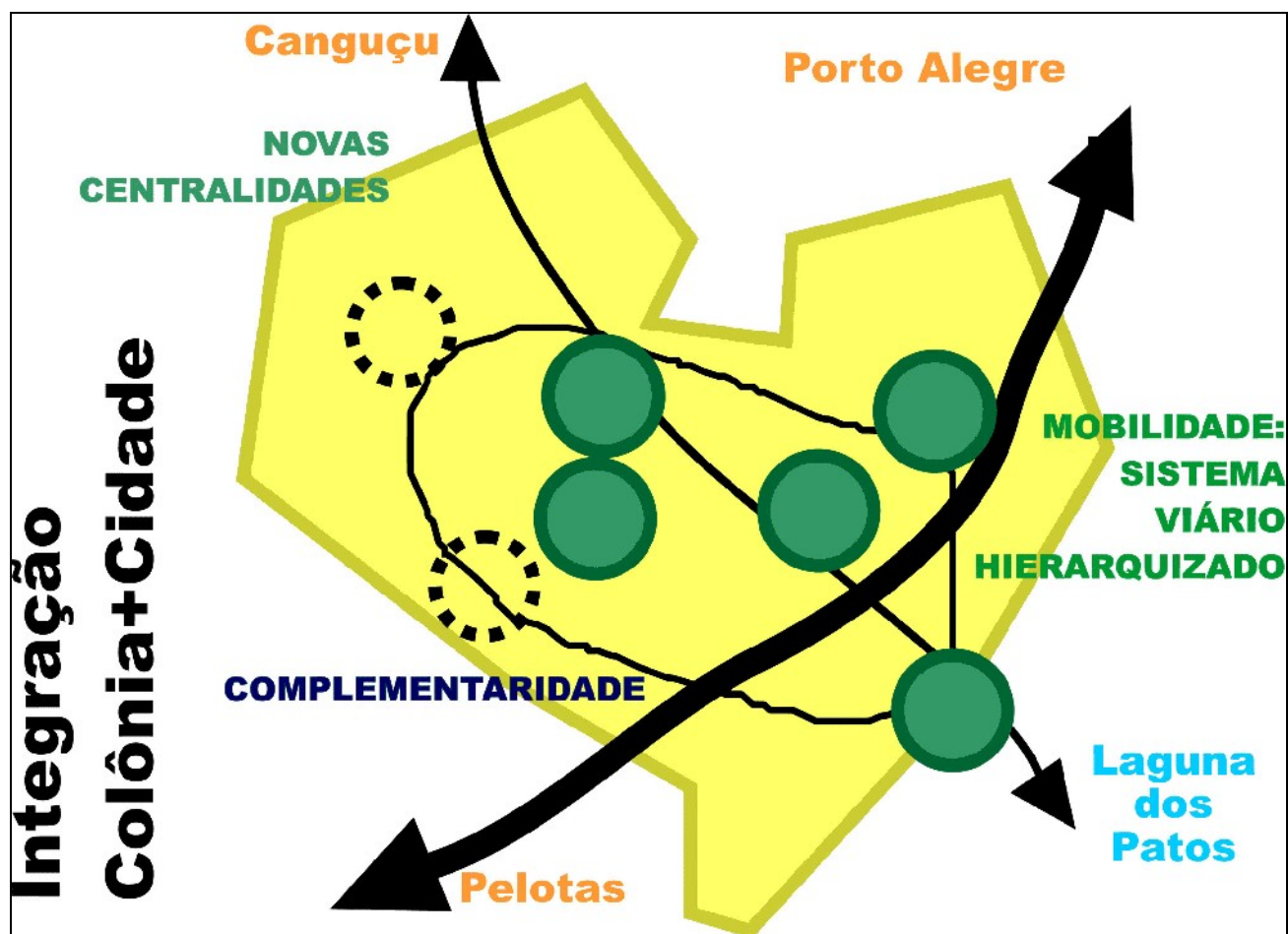
**PATRIMÔNIO
MATERIAL E IMATERIAL**

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

**PROTEÇÃO
DO AMBIENTE**

PRINCÍPIO III - Estes três pontos dão conta da atividade humana e da ação sobre o território, para mudar uma realidade econômica adversa e injusta. Os cenários de futuro que possibilitarão a alteração da realidade vigente deverão estar impregnados pela "sustentabilidade econômica, social e cultural".

Conhecer o território de ação, conhecer o fator humano que vai gerar a ação, identificar a ação que vai alterar a realidade adversa e injusta e criar mecanismos para proteger o território garantindo a sua preservação e manutenção para as gerações presente e futura.



PRINCÍPIO IV - A discussão do urbano + rural passa a ser bastante atual a partir da 2ª Conferência das Cidades. A obrigatoriedade para as cidades, com mais de 20.000 habitantes e com características de "cidades turísticas" ou com "atividade potenciais de risco", elaborar seus Planos Diretores faz com que a realidade destes territórios, com extensões muitas vezes maiores do que os das regiões metropolitanas e problemas ambientais imensos pela ação antrópica, venham reivindicar políticas específicas para planejamentos territoriais.

8. As DIRETRIZES

DIRETRIZ I - CULTURAL

O patrimônio cultural material e imaterial no município de São Lourenço do Sul apresenta uma grande diversidade necessitando de identificação e apoio institucional. Todo este potencial encontrado, tanto na colônia quanto na cidade, surge como fator integrador da comunidade e gerador de trabalho e renda. O reconhecimento e mapeamento desta diversidade e o incentivo das atividades já desenvolvidas pelas comunidades, como os corais do interior, as festividades nos bairros, e etc., através de um calendário comum dar mais visibilidade democratizando a participação da população na construção e no desenvolvimento das políticas.

O cadastramento do patrimônio histórico é um passo fundamental para a preservação e valorização da cultura local;

Promover cultura local nas escolas como forma de valorização dos costumes locais junto ao público jovem;

Centro Cultural onde possam ser desenvolvidas atividades artísticas, apresentações de peças de teatro e filmes e que tenha como gestores as comunidades locais;

Participação Popular no sentido de intervenção direta da população no que tange aos caminhos a serem tomados para o desenvolvimento de São Lourenço do Sul.

DIRETRIZ II - ECONÔMICA

Para o desenvolvimento econômico justo e sustentável do município é necessário o combate as desigualdades na forma de investimentos em educação e saúde pública.

A atração de investimentos visando reativar o mercado de trabalho local, que hoje se encontra reduzido aos setores primário e terciário, ambos com limitado poder de absorção da mão-de-obra e que não geram maiores perspectivas de desenvolvimento.

Ainda, se faz necessário um maior incentivo à agricultura familiar e agroecológica e apoio às iniciativas cooperativadas, como alternativa de desenvolvimento dentro de uma perspectiva de economia solidária.

Promover através dos poderes executivo e legislativo local estratégia para a atração de investimentos externos seja através da instalação de indústrias e empresas ou investimentos assemelhados. Para isto se faz necessário uma estratégia que mostre as potencialidades do município, a partir da correta divulgação e do esforço dos órgãos competentes.

Promover a geração de emprego à população jovem do município através de programas Primeiro Emprego ou semelhantes.

DIRETRIZ III - AMBIENTAL

O patrimônio natural e construído de São Lourenço do Sul traz grande potencial de geração de renda através do turismo integrado e especializado (ecológico, cultural e histórico), sendo, portanto necessário investimento em preservação e mudança na lógica extrativista vigente.

O Arroio São Lourenço, apontado como patrimônio ambiental, histórico e estratégico-integrador para o município, torna urgente a sua preservação com ações de curto e médio prazo. A implementação de saneamento básico, coleta seletiva e ações de educação ambiental junto às comunidades ribeirinhas. Ações de Agenda 21 Local e Subcomitês de Bacia (Arroio São Lourenço, Carahá, Evaristo etc.)

Despoluição e monitoramento ambiental do Arroio São Lourenço como estratégia integrativa e sustentabilidade;

Preservação da mata nativa e áreas de preservação permanentes através de fiscalização e campanhas de conscientização no meio rural;

Educação Ambiental dirigida ao público jovem, formando multiplicadores de proteção ambiental junto à comunidade.

DIRETRIZ IV - INTEGRAÇÃO COLÔNIA E CIDADE

O município de São Lourenço do Sul tem convivido historicamente com duas realidades bastante definidas, uma da várzea e outra das terras dobradas da Serra dos Tapes, uma dos pequenos agricultores e outra dos pecuaristas e plantadores em extensão, uma colonial e outra dos proprietários ancestrais das terras, uma de ocupação mais densa e outra dos grandes vazios de terra, o elemento étnico pomerano, germânico e afrobrasileiro e o descendente de portugueses das primeiras ocupações do Brasil, finalmente uma realidade rural e outra urbana, uma ocupação feita através do tempo e outra marcada pela exploração econômica ou ainda historicamente recente.

A integração ou até a inclusão de todos os cidadãos do Município se torna um dos maiores desafios para o aprimoramento das atividades culturais, econômicas e ambientais. O entendimento do fator integrador e complementar do território do município e suas partes, assume dimensão de desenvolvimento regional.

A unidade sob a forma de identificação cultural tem no desenvolvimento sustentável o seu maior produto. A conversação dos atores sociais que representam as diversas regiões e grupos de interesse nos parece ser a forma de moldar a nova São Lourenço do Sul.

Parcerias para um plano de recuperação de estradas para facilitar o escoamento da produção agrícola, bem como facilitar o fluxo turístico nos dois sentidos e promover a conversação mútua.

Gestão compartilhada na destinação e tratamento do lixo doméstico na região.

Projetos para a melhoria das condições de vida na colônia através de serviços básicos, como energia elétrica e água em locais aonde estes ainda não chegaram, bem como facilitar o acesso de outros serviços como correio, banco etc. e programas de ações públicas da Prefeitura.

Um “Mercado Público” que estreitasse os laços entre produtor e consumidor promovendo relações de identidade e complementaridade.

9. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

10. METODOLOGIA

Agenda 21 – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Município de São Lourenço do Sul

1ª Etapa: Leitura da Cidade e do Território (leitura técnica e comunitária).

- Leitura técnica:
 - Detectar fontes de pesquisa de dados etc.
 - Mapeamento temático por atividade, interesses, riscos urbanos, unidades de conservação, evolução histórica, indicadores de mobilidade e circulação, ocupação e estrutura fundiária, inserção regional, atividade econômica, infraestrutura etc.
 - Legislação
 - Planos e estudos existentes, históricos e atuais.

- Cronograma:
 - Grupo Executivo + Consultores
 - Pauta:
 - Temáticas:
 - GT Código de Obras;
 - GT Código de Posturas;
 - GT Parcelamento do Solo;
 - GT Zoneamento Ambiental;
 - GT Rural.
 - Termos de Referência

- Leitura comunitária (diferentes segmentos socioeconômicos):
 - Construção de mapas temáticos, com elementos oferecidos pelos participantes;
 - Enriquecer as leituras com elementos inusitados como: fotografias, objetos, desenhos etc.
 - Entrevistas.

- Confrontar a *leitura comunitária* com a *leitura técnica* durante as reuniões do Fórum 21. Traduzir em mapas e textos a síntese das principais tendências, problemas, conflitos e potenciais do município (surgem importantes conflitos e temas para a cidade).

A Leitura Comunitária foi realizada utilizando o Princípio I – Participação Popular, onde as reuniões do Orçamento Participativo cumprem papel de extrema importância, no que tange a representatividade na coleta de dados e informações (conforme recomenda a publicação do Ministério das Cidades – Plano Diretor Participativo/Guia para a elaboração para os Municípios e Cidadãos).

REGIÃO 1: CENTRO, LOMBA, MEDIANEIRA.

CONSELHEIROS:

Claudemir da Cunha Foster – Mal. Floriano Peixoto, 3524 – 3251.1460
Sind. Dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Outras Cooperativas
Carlos Ivan de Souza – Gal. Osório, 3279 – 3251.2346
Associação Moradores do Bairro Medianeira
Henrique da Silva – Mal. Floriano, 2708 – 3251.6263/9974.3794
Rádio Vida FM
Valdemar Krüger Nickel – R. Júlio de Castilhos, 2614 – Lomba
Eva Maria Gonçalves – Mal. Floriano, 3072 – Lomba
Leny Bammann – Alm. Barroso, 2473 – Centro – 3251.1978
Fani Antônia de Carvalho – Alm. Barroso, 2473 – Centro – 3251.2611

Projetos:

1. Pavimentação;
2. Programas de Construção e Ampliação de Escolas Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Escolas Pólo).

Programas:

1. Pavimentação de Ruas Mediante Parcerias com a Comunidade;
2. Ampliação dos Programas Básicos de Saúde (Saúde Materno-Infantil, Doenças Crônicas Idosos).

Assuntos tratados:

- Divisão dos bairros: Medianeira está ligado ao loteamento e Lomba é o nome mais antigo ligado ao aclave;
- Arruamentos e pavimentação;
- Ciclovia.

REGIÃO 2: BARRA, BARRINHA, NAVEGANTES, BALNEÁRIO.

CONSELHEIROS:

Luciara de Mendonça Mendes – Av. Getúlio Vargas, 1279 – Navegantes – 3251.5159
Conamor
Luquino José de Bastiani – Travessa Ernesto Protzen, 48 – Barrinha - 91141410
Associação de Moradores Bairro Barrinha
Márcia Elisa Lucas Ferreira – Rua Riachuelo, 53 – Casa 09 – Barrinha – 3251.4669
Simussul
Ricardo Olindo Alves – Isolina Passos, 761 – Navegantes – 3251.3184
Colônia de Pescadores Z-8
João Getúlio Gomes – Rua São José, 249 – Navegantes – 3251.3184 – 9954.5766
Associação de Moradores do Bairro Navegantes
Jaime André Roveré Pereira – Travessa São Carlos, 631 – Navegantes – 8111.5158
Associação de Famílias e Usuários da Nossa Casa – AFAU
José Francisco Mesquita Amaral – Rua São Pedro, 465 – Navegantes – 3251.4459

Clodoaldo de Freitas Vargas – Rua Sepé Tiaraju, 810 – 3251.3284
Adelar Rozin – Praça do Jacaré, 70 – Barrinha – 3251.4553
Lotário Henrique Hall – Almirante Barroso, 457 – 3251.4019
Milton Quevedo – Rua Duque de Caxias, 993 – Navegantes – 3251.4923
Miriam Cristina S. Freitas – Rua Gal. Argolo, 635 – Navegantes – 3251.4391
Agenor M. Coelho – Rua Anchieta, 249 – Balneário – 3251.2182
Sandra Wienke – Rua Candoca Ferreira, 283 – Centro – 3251.1737
Roni Bork – Rua Isolina Passos, 1385 – Navegantes – 3251.5391
Pedro Fernando Restani – Rua Almirante Barroso, 310 – Barrinha – 9124.9674

Projetos:

1. Pavimentação
2. Saneamento e Drenagem Urbana

Programas:

1. Programa Economia Solidária, Geração de Emprego e Renda.
2. Ampliação dos Programas Básicos de Saúde.
3. Pavimentação de Ruas Mediante Parcerias com a Comunidade.

Assuntos tratados:

- A polêmica na denominação dos bairros (Barra, Balneário, Barrinha e Navegantes);
- Zoneamento das áreas da orla (atividades de lazer, pesca, banho e atracadouro), atividades turísticas (bares, boate e restaurantes), industriais (serviços, naval e pescado);
- Exploração imobiliária.

REGIÃO 3: AVENIDA, SETE DE SETEMBRO, PASSO DOS BAIOS.

CONSELHEIROS:

Victor Hugo Pollnow – Rua Jacob Reinghantz, 735 – 9118.5605
Associação de Moradores do Bairro Sete de Setembro
Hélio Gorniak – Passo dos Baios – 3251.2229
Comunidade Católica Santo Expedito
Eliane Maria Goulart – Rua Cristóvão Colombo, 627 – 3251.3037
Rosa Maria F. Neutzling – Rua Jacob Reinghantz, 834 – 3251.3852
Ademir Goulart da Silveira – Av. Cel. Nono Centeno, 1330 – 3251.3757
Ismar Vieira – Rua Cristóvão Colombo, 485 – 9963.4399
Maria Mercedes dos Santos Peglow – Rua Jacob Reinghantz, 627 – 3251.5320
Loni Hartwig Hellwig – Rua Cristóvão Colombo, 637 – 3251.4897
Maria Lorena Vieira – Rua Max Stenzel, 816 – 3251.4639

Projetos:

1. Saneamento e Drenagem Urbana.
2. Pavimentação.

Programas:

1. Aplicação do Programa Saúde da Família.
2. Programa Promoção Comercial e Industrial (atração, investimento, qualificação profissional).
3. Serviços de Conservação e abertura de vias públicas.

Assuntos tratados:

- Drenagem;
- Regularização de loteamentos (parcelamento do solo);
- Conflitos de vizinhança (cemitério);
- Delimitação do Bairro Sete de Setembro está expressa no estatuto da Associação de Moradores de mesmo nome.

REGIÃO 4: LOTEAMENTO STA. TEREZINHA, TRAVESSA FIORAME, LOTEAMENTO ARTHUR KRAFT, LOTEAMENTO CAMPONESA, RS 265 E LOTEAMENTO NOVA ESPERANÇA.

CONSELHEIROS:

Edson Soares – Rua Monteiro Lobato, 50 – 3251.2499
Comunidade Católica São José – Vila Santa Terezinha

Gesi Maria Nunes – Rua João Jobim Duarte, 186 – 9104.6261
Associação Arthur Kraft – Vila Arthur Kraft

Jairo César ^a Ferreira – Rua Teodoro Porepp, 87 – 3251.5567
Associação Moradores Bairro Nova Esperança

Ernande Ferreira Guimarães – Rua Carlos Chagas, 407 – 3251.5637
Associação Moradores Bairro Santa Teresinha

Edemar Pastor – Rua João Jobim Duarte, XX – 9103.0725
Casa de Oração Nosso Sr. Jesus Cristo

Marlis Bergmann – Av. Santos Abreu, 935 – 3251.3188
Santa Casa de Misericórdia – Centro

Jussara Majada Mello – Rua Arno Becker, 105 – 9147.0841

Aires Almeida – Rua José Bonifácio, 134 – Santa Teresinha – 3251.3815

Celestino Pinto – Rua Luiz Antônio A. Moraes, 178 – 8405.0562

Dulce Beirsdorff – Rua Tiradentes, 350 – Santa Teresinha – 3251.3534

Marlene Soares – Rua Monteiro Lobato, 50 – Santa Teresinha – 3251.2499

Zaida da Silva – Rua José Bonifácio, 114 – 3251.6026

Paulo Reni Silva – Alameda João B. Brauner, 2575 – RS 265 – 9953.1062

Paulo Enis Silva – Rua José Bonifácio, 114 – Santa Terezinha

Carlos Roberto Rodrigues – Rua Teodoro Porepp, 773 – Nova Esperança

Regina Maria Spiering – Rua Carlos Chagas, 463 – Vila Fiorame – 9102.5891

Clóvis Bohlke – Rua Cecília Meireles, 312 – Santa Teresinha – 9967.6761

Clemente Vieira –

Etuíno Weber – Suplente – Rua Teodoro Porepp, 789 – Nova Esperança – 9108.5413

Projetos:

1. Ampliação, Construção e Reforma de Unidades de Saúde.
2. Saneamento e Drenagem Urbana.

Programas:

1. Programa Economia Solidária (Geração de Emprego e Renda, Feiras Livres, Frentes de Trabalho).
2. Ampliação Programa Saúde da Família.
3. Aquisição Material, Medicamentos e Equipamentos p/ Unidade de Saúde.
4. Ampliação do Atendimento Especializado no Município.

Assuntos tratados:

- Regularização das moradias populares da Kraft e Camponesa;
- Há déficit de projetos de habitação popular na área da Camponesa;
- Equipamentos urbanos, mobilidade e acessibilidade;
- Zoneamento: Área Industrial (geração de trabalho e renda);
- Equipar com Posto de Saúde e áreas de lazer cada lado da faixa da RS 265 (marco físico-obstáculo);

REGIÃO 5: BOQUEIRÃO (1º DISTRITO), BOA VISTA (6º DISTRITO), PRADO NOVO (5º DISTRITO).

CONSELHEIROS:

Cláudio Renato Schneid

Comunidade Católica Boa Vista – 3611.8060

Carlos Gilmar Peglow

Associação de Produtores de Picada Sabão – 9959.8105

Vilno Kunde

Associação dos Moradores do Sítio – 9963.5449

Leomar Bartz

Associação de Produtores de Fortaleza – 9957.5229

Ivo Drawanz

Associação dos Moradores do Boqueirão – 3251.7175

Erico Schmiele

Fortaleza – 9963.8463

Marco Aurélio Centeno

Boqueirão – 9977.0972

Dário Nunes

Sítio

Ricardo Gonçalves

Boqueirão – 3251.7126

Soni Radünz

Boqueirão – 8405.3732

Projetos:

1. Ampliação, construção, reforma de unidades de saúde;
2. Aquisição de máquinas e equipamentos para patrulha agrícola.

Programas:

1. Recuperação de estradas;

2. Programa geração de renda na agricultura – Agroindústria Familiar;
3. Programa Economia Solidária.

Assuntos tratados:

- Faixa de domínio das estradas é invadida (18 m federal, 12 m estadual, 8 m municipal);
- Faixas de APP nos cursos d'água;
- Mudança das estações e do ciclo das culturas;
- Áreas de Quilombos;
- Áreas de exploração mineral (cascalheiras e granito);
- Centralidades e infraestrutura no campo como preventivo ao êxodo rural;
- Mobilidade e acessibilidade;
- Recuos nas moradias em relação às estradas;
- IPTU (cadastramento das propriedades) nas centralidades para poder financiar a melhoria da infraestrutura;
- Divisão em Distritos com sedes físicas para comportar os serviços e programas da administração pública;
- Unidades de Conservação.

REGIÃO 6: HARMONIA (4º DISTRITO), TAQUARAL (2º DISTRITO).

CONSELHEIROS:

Ingomar Rutz Thurow

Associação Santa Inês - Santo Antônio – 9954.9847

Silvino Buss

Unidos do Taquaral – 9118.1087

Enilvio Rusch Venzke

Associação Unidos do Cerrito – Harmonia - 9983.2964

Volnei S. Venzke

Ajax – 5032131

Vanderlei Rogério Schneider

Unidos Bom Jesus – 3277.9473

Nilo Leitzke

Bom Jesus – 36116100

Lauro Zülsdorff

Bom Jesus – 9967.7491

Cledemir Duarte

Taquaral

Gilson Blank

Santa Inês – 9117.1491

Nestor Leitzke

Bom Jesus

Ivomar Thurow

Santo Antônio – 9976.9891

Projetos:

1. Ampliação, Construção e Reforma de Unidades de Saúde;

2. Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Patrulha Agrícola.

Programas:

1. Recuperação de Estradas;
2. Patrulha Agrícola – Bebedouros, Açudes e Terraplanagem;
3. Coleta Seletiva.

Assuntos tratados:

- Serviços, mobilidade e complementaridade;
- Serviço de Correio;
- Faixa de domínio das estradas é invadida (18 m federal, 12 m estadual, 8 m municipal);
- Recuos nas moradias em relação às estradas.

REGIÃO 7: EVARISTO (), SALÃO KUNDE ().

CONSELHEIROS:

Lucio Peglow

Comunidade Evangélica Pinheirinhos – 9149.9340

Dilmar Silveira

Associação de Campos Quevedos II – 99617765

Paulo Renato F. Mendes

C.P.M. Escola Germano Hübner – Socorro – 99639627

Breno Janke

Associação de Socorro – (51) 9135.9571

Armando Saalfeldt

Associação dos Trabalhadores do Faxinal – 9141.6281

Cleomar Gehrke

Comunidade Evangélica Martin Lutero – Estrada Socorro – 9973.7142

Luciano Protzen

Claudionir Gehrke

Socorro – 9973.7142

Joaquim Fonseca

Campos Quevedos – 3611.5003

Gená Gusmão

Santa Tereza

João Antônio Amaral

Santa Rosa – 9965.2514

Nildo Plamer

Campos Quevedos

Projetos:

1. Programa de Construção, Ampliação de Escolas Municipais
2. Aquisição de Máquinas Equipamentos para Patrulha Agrícola

Programas:

1. Recuperação de Estradas
2. Aquisição de Equipamentos e Material Didático
3. Programa de Geração de Renda na Agricultura

Assuntos tratados:

- Manutenção de estradas;
- Faixas de domínio;
- Centralidades com um mínimo de serviços;
- Território Quilombola;
- Cadastro de estradas.

2ª Etapa: Formular e Pactuar Propostas

- Territorial:
 - o Mapa Sócioambiental e Bacias;
- Urbano:
 - o Mapas de Infraestrutura e equipamentos;
 - o Mapa topográfico;
 - o Mapa Urbano Temático e de Ocupação Prioritária;
- Definir, eleger e hierarquizar as propostas no confronto das leituras técnica e comunitária.
- Pactos. (Fórum 21)

3ª Etapa: Definir os Instrumentos

- Usar os 30 instrumentos do Estatuto da Cidade.
- Foram realizadas três audiências públicas, duas temáticas e uma para apresentação dos Modelos Urbano e Rural:
 - Audiência Pública nº 1 – 15 de dezembro de 2005 – Salão 3 de Maio
 - Perímetro Urbano e Zoneamento;
 - Delimitação de Bairros;
 - Comunidades Tradicionais e Quilombolas.



Capítulo 1

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/05

PERÍMETRO URBANO E ZONEAMENTO:

Perímetro é a linha que envolve uma figura qualquer e delimita a sua área.
Perímetro urbano é a fronteira da superfície que se quer ocupar com a cidade. É o local onde os terrenos podem ser parcelados, em forma de lotes como nós os conhecemos.
Ele é fundamental para a organização administrativa do Município, pois separa as áreas urbanas das rurais.
Esta linha limite deve refletir a dinâmica da cidade e deve ser revisto de vez em quando. Se for muito grande pode estimular a dispersão e aumentar o custo da infra-estrutura, serviços e melhorias na cidade. Se for muito reduzido, a oferta de terrenos será menor, conseqüentemente os mesmos serão mais caros.
Importante prever uma área de terras vazias que ficará como reserva para a expansão de novos loteamentos.

DELIMITAÇÃO DE BAIROS:

O conjunto de ruas e quarteirões de uma determinada área da cidade, com caráter próprio e necessidades peculiares, reunidos em torno de uma escola, comunidade religiosa ou outro ponto de convergência, constitui uma unidade de vizinhança, mais conhecida por todos como bairros.
A delimitação oficial dos bairros da cidade visa legitimar o que a população, através das suas organizações, se acostumou a usar, considerando a identidade cultural, geográfica e histórica sem comprometimento da diversidade necessária a uma saudável amostra de tecido social.
O objetivo principal, além de fortalecer a noção do lugar em que estamos inseridos, é realizar a justa distribuição dos serviços e aplicação dos recursos públicos.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS:

Comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caícaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varjeiros, extrativistas, ribeirinhos, marisqueiros que, junto com os povos indígenas e quilombolas, não possuem visibilidade e têm pouco acesso às políticas públicas, apesar de sua importância social e econômica.
As "comunidades tradicionais" sempre tiveram incorporado em seus modos de vida, sistemas de apropriação de recursos naturais de baixo impacto ambiental. Estes vêm sendo desestruturados pela pressão das práticas de especulação econômica e também por conta das estratégias de conservação da natureza.
Para garantir respostas que contribuam para um manejo sustentável de flora e fauna, assim como fontes adequadas de sobrevivência de populações tradicionais é necessário conhecer melhor as relações entre a biodiversidade e a diversidade cultural brasileira, buscando a conservação de ambas dentro de uma perspectiva que estimule o desenvolvimento sustentável.
O respeito aos direitos e aos conhecimentos adquiridos dos primeiros grupos culturais do país é também uma das mais eficazes formas de conservar e promover a rica diversidade biológica e cultura.
O zoneamento das áreas ocupadas ao longo de anos pelas comunidades tradicionais busca, além de preservar conhecimentos, promover a justiça social estimulando políticas diferenciadas.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO:

A memória da cidade é o nosso velho retrato de família.

Assim como não se rasga um velho retrato de família, não se podem perder pontos de referência importantes para a cidade.

Um Plano Diretor com enfoque na conservação do patrimônio ambiental material e imaterial deve contemplar as estratégias necessárias para que estas áreas cumpram com a sua função social, recuperando a diversidade étnica, de classe e de gênero.

A recuperação da memória da ocupação do território reflete a história da sua gente e oportuniza ao visitante vivenciar esta trajetória.

- Audiência Pública nº 2 – 19 de Abril de 2006 – Salão Três de Maio

Modelo Urbano e Rural

- Audiência Pública nº 3 – 24 de Abril de 2006 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Modelo Rural

4ª Etapa: Gestão e Planejamento

- Agenda 21 Local – Núcleos de Educação Ambiental
- Conselho da Cidade
- Sistema de Gestão e Planejamento
- Conferência da Cidade
- Avaliações periódicas
- Atualizações
- Revisão periódica da lei que institui a Agenda 21 - PDDIS
- Instituir os Núcleos de Educação Ambiental

